

Novembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

Despacho (extracto) n.º 25 985/2005 (2.ª série). — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 23 de Novembro de 2005, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Luís Alberto Pires Silvano, técnico de emprego principal do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerado da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 17 de Novembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Antero Felizardo Lúcio Brotas*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 25 986/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Novembro de 2005 da directora do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa:

Fernando Cruz Marçal, motorista de ligeiros, da carreira de motorista de ligeiros, em regime probatório no quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — exonerado, a seu pedido, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 18 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2005. — A Coordenadora do Núcleo de Administração de Pessoal, (*Assinatura ilegível*.)

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 1074/2005. — Considerando o despacho da Ministra da Educação n.º 16 795/2005, que define que, sem prejuízo da normal duração diária das actividades curriculares, os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico devem estar abertos pelo menos até às 17 horas 30 minutos e no mínimo oito horas diárias, com vista ao desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular;

Tendo presente os acordos de cooperação actualmente em vigor para a valência de actividades de tempos livres (ATL), celebrados entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) que prestam esse tipo de serviço;

Reconhecendo o papel que as IPSS, as autarquias e as associações de pais têm desempenhado ao nível da prestação da valência de ATL, assegurando às crianças a frequência de actividades extra-curriculares e garantindo às famílias um horário escolar compatível com as suas necessidades;

Admitindo que é às escolas e aos seus órgãos executivos que cabe o papel de pugnar por uma escola a tempo inteiro, universal e gratuita, bem como a responsabilidade pela orientação pedagógica das actividades extra-curriculares que devem ser enquadradas no projecto educativo de cada agrupamento/escola.

Considerando ainda a necessidade de repensar o modelo de relacionamento das instituições que prestam serviços de ATL com as escolas;

Determina-se o seguinte:

1 — É criado um grupo de trabalho com a seguinte composição:

- a) Dois representantes da Ministra da Educação, um dos quais coordenará;
- b) Dois representantes do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;
- c) Um representante da Confederação Nacional das Associações de Pais;
- d) Um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- e) Um representante da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;
- f) Um representante da União das Misericórdias Portuguesas;
- g) Um representante da União das Mutualidades Portuguesas.

2 — Compete ao grupo de trabalho:

- a) Definir um modelo de articulação entre as instituições que prestam a valência de ATL e os conselhos executivos dos agrupamentos de escolas e elaborar um modelo de protocolo de colaboração;
- b) Avaliar a eventual necessidade de adaptação dos modelos de acordos de cooperação para a valência de ATL, celebrados entre o MTSS e as IPSS;
- c) Acompanhar a compatibilização dos ATL promovidos pelas diversas entidades que se encontram no terreno e o cumprimento, por parte dos agrupamentos de escolas, do estipulado no despacho referido.

3 — As tarefas cometidas ao grupo de trabalho, nos termos do presente despacho, devem encontrar-se concluídas até ao final do presente ano lectivo.

28 de Novembro de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 25 987/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, e no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o exercício das funções de coordenadora da Sub-Região de Saúde de Bragança a Prof.ª Doutora Berta Ferreira Milheiro Nunes, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante. O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Novembro de 2005

10 de Novembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Berta Ferreira Milheiro Nunes, natural de Santa Maria de Lamas, concelho da Feira, distrito de Aveiro.

Fez a escola primária em Santa Maria de Lamas. Até ao antigo 5.º ano do antigo liceu estudou em colégios religiosos, tendo feito os antigos 6.º e 7.º anos no Liceu de Vila Nova de Gaia.

Terminou o 7.º ano do liceu com 18 valores de classificação final, tendo recebido o prémio da melhor classificação a nível nacional.

Licenciada em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina do Porto em 1980, com a classificação final de 17,4 valores, recebeu o prémio Engenheiro António de Almeida, por ser a melhor classificada a nível nacional no ano de 1980 em medicina.

Durante a universidade fez parte de vários órgãos de representação estudantil, após o 25 de Abril, tendo entrado para a Faculdade em 1974, alguns meses antes do fim do fascismo.

Desde essa altura sempre participou no movimento estudantil. Quando terminou a faculdade, viveu na cidade do Porto e trabalhou no Hospital de São João como interna geral durante cinco anos.

Teve intervenção cívica em grupos de mulheres e grupos ecologistas. Decidiu vir para Alfândega da Fé, como médica de família, porque não gostava de viver na cidade, talvez porque nasceu e cresceu numa aldeia pequena.

Trabalha no Centro de Saúde de Alfândega da Fé desde 1985. Nesse ano teve o primeiro filho.

Iniciou a sua colaboração com a APMCG como delegada distrital em 1986, até 1988, tendo sido presidente do conselho fiscal da APMCG de 1988 a 1991, vice-presidente da APMCG de 1999 a 2002 e vogal da direcção no mandato de 2000-2004.

Foi presidente da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé de 1989 a 2001 (três mandatos). Foi eleita para a mesa do Congresso da Associação Nacional de Municípios (ANMP) de 1994 a 1997.

Nessa qualidade foi membro de várias comissões especializadas e representou a ANMP no Conselho Nacional da Família.

Foi membro do conselho consultivo da FNAM de 1992 a 1995 e actualmente é membro da Comissão Nacional de Clínica Geral da FNAM.

Pertence à Wonca Rural, um grupo de médicos rurais a nível mundial que estuda e investiga as especificidades dos problemas de saúde nas zonas rurais. É membro da Direcção da EURIPA, uma associação europeia de médicos rurais.

Em 1994 teve a sua segunda filha.

É fundadora e presidente da Associação para a Promoção do Bem Estar (APBE), uma associação juvenil que trabalha na área da promoção da saúde desde 1995.

Foi directora do Centro de Saúde de Alfândega da Fé desde 1996 até 2002, altura em que este Centro de Saúde ganhou vários prémios de qualidade a nível nacional e europeu.

Doutorou-se em Medicina Comunitária em 1996 no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS) com um trabalho sobre as ideias e as práticas dos leigos em relação ao corpo e à saúde. A tese está publicada em livro com o título «O saber médico do povo», pela editora Fim de Século.

É chefe de serviço de clínica geral desde 2000.

É orientadora de formação do internato complementar de clínica geral desde 1999 e directora do internato no distrito de Bragança desde 2004.

É colaboradora da Faculdade de Medicina do Porto, Departamento de Clínica Geral, no âmbito do programa «Contacto rural», que permite estágios dos estudantes de Medicina em centros de saúde rurais.

Foi presidente do conselho científico da Escola Superior de Saúde Jean Piaget Nordeste, de Macedo de Cavaleiros, desde 2000 até 2004.

É professora auxiliar a 20 % do Pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de Miranda do Douro desde 2003, leccionando a disciplina de Antropologia Médica.

Despacho n.º 25 988/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital São João de Deus, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 294/2002, de 11 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de directora clínica daquele Hospital a licenciada Maria José da Costa Vieira, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

11 Novembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Maria José da Costa Vieira, filha de Arlindo Moreira da Silva Vieira e de Zulmira Pereira Jorge da Costa, nascida a 9 de Junho de 1946.

Licenciada em Medicina pela Faculdade de Medicina do Porto em 1973.

Em 2 de Janeiro de 1974, iniciou funções no Hospital de São João, do Porto, como interna de policlínica, tendo efectuado o internato de especialidade de Pediatria no mesmo organismo, onde se manteve até 31 de Julho de 1983.

Por despacho da Secretária de Estado da Saúde de 11 de Maio de 1983, foi nomeada assistente hospitalar de pediatria do quadro de pessoal do Hospital de São João de Deus — Vila Nova de Famalicão, tendo tomado posse com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1983, diploma de provimento visado pelo TC em 17 de Fevereiro de 1986, processo n.º 120082.

Aprovada no concurso de habilitações ao grau de chefe de serviço por despacho do director-geral dos Hospitais, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 281, de 7 de Dezembro de 1989, transitando para a categoria de assistente graduada de pediatria médica com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 1989.

Classificada em 1.º lugar no concurso interno geral de acesso para provimento de uma vaga de chefe de serviço de pediatria, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 5 de Setembro de 1994, cuja lista de classificação final foi homologada por despacho do conselho de administração de 4 de Outubro de 1996 e publicada no *Diário da República*, 2.ª série n.º 275, de 27 de Novembro de 1996.

Directora do serviço de pediatria do Hospital de São João de Deus por nomeação de conselho de administração em Outubro de 1998.

Membro da direcção médica, adjunta do director clínico, em Setembro de 1989, sendo renovado o mandato em Janeiro de 1993 e Janeiro de 1996.

Nomeada, em 2 de Agosto de 2002, directora clínica do Hospital São João de Deus — Vila Nova de Famalicão, sob proposta do director do Hospital, funções que desempenha até à presente data.

Atribuída competência de gestão dos serviços de saúde pela Ordem dos Médicos em Novembro de 2004.

Despacho n.º 25 989/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299/2002, de 11 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de enfermeira-directora daquele Hospital a licenciada Maria Helena Ferreira de Almeida, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados

na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

14 de Novembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

1 — Identificação:

Nome — Maria Helena Ferreira de Almeida;
Data de nascimento — 13 de Janeiro de 1959;
Naturalidade — Burgo, Arouca;
Cédula profissional n.º 5-E-01615.

2 — Formação:

Curso de estudos superiores especializados em Administração de Serviços de Enfermagem obtido na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, em 1997, com a classificação de 18 valores (grau de licenciatura);

Curso de especialização em Enfermagem de Reabilitação obtido na Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, em 1989, com a classificação de 17 valores (termo de equivalência ao diploma de estudos superiores especializados em Enfermagem);

Curso de Enfermagem Geral obtido na Escola de Enfermagem de D. Ana Guedes, em 1978, com a classificação final de 17 valores.

3 — Exercício profissional:

Tempo de exercício na profissão — 27 anos.
Início do desempenho profissional a 11 de Setembro de 1978;
Nível e categoria profissional — nível 3, enfermeira-supervisora.
Integra o quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Setúbal;

Funções e cargos:

De Março de 2003 a Setembro de 2005 — desempenha funções de enfermeira-supervisora na Sub-Região de Saúde de Setúbal, Unidade de Saúde do Barreiro;

De Outubro de 2000 a Março de 2003 — exerce o cargo de enfermeira-directora dos serviços de enfermagem do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., Barreiro (HNSR);

De Setembro de 1991 a Outubro de 2000 — desempenha funções de enfermeira-chefe da unidade de cuidados intensivos do HNSR, sendo responsável pelo planeamento da abertura desta unidade;

De 1989 a Setembro de 1991 — desempenha funções de enfermeira especialista em enfermagem de reabilitação no serviço de especialidades médicas do HNSR;

De 1980 a 1987 — Desempenha funções de enfermeira no serviço de urgência do HNSR.

Outras actividades relevantes:

Presidente da comissão de especialidade de enfermagem de reabilitação e membro do conselho de enfermagem da Ordem dos Enfermeiros, de 2000 a 2005;

Membro do conselho consultivo do Instituto da Qualidade em Saúde, de 2000 a 2002;

Membro da comissão de ética do HNSR, de Maio de 1995 a Outubro de 2000;

Membro da comissão técnica de avaliação do desempenho do HNSR, de Janeiro de 1994 a Março de 2003;

Fez parte de um grupo de enfermeiros do Departamento de Formação do HNSR, responsável pelo planeamento e organização da formação em enfermagem, de 1990 a 1995.

Despacho n.º 25 990/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital Garcia de Orta, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 298/2002, de 11 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de director clínico daquele Hospital o licenciado Luís Alberto Carvalho Jerónimo Antunes, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

14 de Novembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.